

O papel da juventude nas mudanças do Brasil

28/05/2010

O ano de 2010 será pautado pela polarização entre dois projetos para o Brasil. Estará em jogo o avanço do projeto democrático e popular, representado pela companheira Dilma. Por outro lado, está presente a ameaça de retrocesso ao projeto neoliberal, com suas privatizações e criminalizações dos movimentos sociais, representado pela candidatura do PSDB/DEM.

*Carla Bezerra e Eduardo Valdoski **

A Juventude do PT, compreendendo a dimensão das tarefas deste ano e o seu impacto para o futuro do Brasil e de sua juventude, abriu o ano com um intenso processo de mobilização e debate. O Encontro Nacional da JPT, realizado em janeiro aprovou uma resolução com as diretrizes de juventude que apresentaremos para compor o programa de governo da companheira Dilma (disponível em:<http://jpt.org.br/publicacoes/upload/resolucao-enjpt-2010.pdf>).

Juventude e sua dimensão estratégica

A resolução tem como eixo condutor a definição da dimensão estratégica da juventude para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Ela se dá a partir da compreensão de que a juventude é o segmento etário que sofre mais intensamente as contradições do capitalismo. São aqueles que ocupam os trabalhos mais precários, instáveis, inseguros e com menores salários, concentram índices de desemprego e informalidade acima da média da população economicamente ativa. Ainda, são aqueles mais expostos à violência urbana e a mortes violentas.

O perfil da juventude brasileira é o de uma juventude trabalhadora e predominantemente pobre. De acordo com dados IBGE/PNAD 2006, mais de 90% dos jovens brasileiros vivem em famílias com renda de até 2 salários mínimos per capita. Ainda conforme esse dados, 66% da população entre 14 e 29 anos trabalha ou procura trabalho, parte desses tendo que conciliá-lo com os estudos.

A temática de juventude ganha ainda mais destaque ao se verificar que atualmente a juventude encontra-se no seu pico populacional constituindo cerca de um quarto da população brasileira. Trata-se do maior número de jovens da história do país e que representará durante um longo período um contingente expressivo da população.

Não é possível, portanto, pensar o desenvolvimento econômico e inclusão social do país sem considerar a juventude. Está colocado para o próximo governo o desafio de avançar rumo a outro modelo de desenvolvimento, capaz de estabelecer novas relações sociais no Brasil, com a superação de desigualdades sociais e econômicas combinadas ao fortalecimento da democracia e da participação popular.

Diretrizes para a ação

Se temos uma juventude sobretudo trabalhadora, parte expressiva dos dilemas e demandas dos jovens estão justamente na conciliação do tempo entre trabalho e estudo. Portanto, é uma premissa básica para o nosso projeto o de articular políticas públicas que garantam ao jovem mecanismos de poder se poder se dedicar aos estudos, sem que a sua condição social seja um impeditivo, de modo que sua inserção produtiva se dê posteriormente e em melhores condições. Essa agenda deve estar articulada com a noção de direito ao tempo livre, ao maior acesso à cultura, a espaços de participação e socialização, fundamentais para um período de definição de identidade e formação.

Na área da educação, temos que hoje o principal gargalo é constituído pelo Ensino Médio, nível no qual há uma brusca redução de matrículas comparado ao ensino fundamental e uma alta taxa de evasão escolar. Isso se deve não apenas ao fato de que muitos jovens deixam de estudar para trabalhar, mas também em função do descolamento da realidade da escola em relação à vida e aos anseios dos jovens.

É preciso repensar a própria função do Ensino Médio, combinando-se a isso políticas de correção da defasagem idade/série, e a integração dos programas sociais ao cotidiano escolar. Políticas de cultura, de integração e mobilidade, de esporte e lazer, dentre outras, devem estar articuladas com a realidade e cotidiano do processo de aprendizagem e construção da cidadania.

No âmbito do trabalho, é preciso fortalecer a agenda de promoção do trabalho decente, combatendo mecanismos de precarização e flexibilização das relações de trabalho, aos quais os jovens estão mais expostos. É preciso pensar uma política de assistência estudantil para a educação básica, que garanta ao jovem condições de evitar a entrada precoce e precária no mundo do trabalho.

São esses elementos que devem orientar nossa ação política e construção da campanha no próximo período. A aprovação da resolução foi apenas o início de um processo mais amplo de debates, para garantir o enraizamento e aprofundamento de propostas a partir das diretrizes do programa de governo.

Os desdobramentos se dão agora nos Estados, onde deve ser debatido também a dimensão e programas locais, articulados a nossa intervenção nacional. Para além disso, os encontros estaduais devem também ter a capacidade de incidir sobre a campanha geral, garantindo o espaço para a intervenção da juventude no programa e na mobilização da campanha. Devemos buscar ao máximo mostrar a nossa cara, pensando comitês de juventude e atividades capazes de pautar nossas bandeiras, de modo dar protagonismo aos nossos militantes e conquistar corações e mentes de milhares de jovens para o nosso projeto de mudanças do Brasil.

** Eduardo Valdoski e Carla Bezerra são membros da Direção Nacional da JPT.*

Compartilhe nas redes: